

INFORMATIVO ÀS VEREADORAS E AOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE BH

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES 2023 DE PROFESSORAS E PROFESSORES APOSENTADOS DA RMEBH

1. Pagamento integral do Piso Nacional da Educação no primeiro nível da carreira.
2. Recomposição em 10,25% do salário para professoras(es) aposentadas(os) do Ensino Fundamental e em 21,55% para professoras(es) aposentada(os) da Educação Infantil, referente às progressões automáticas concedidas à ativa em 2022.
3. Pagamento do Vale Cultura para Professores(as) Aposentados(as).
4. Cumprimento do reajuste dos aposentados com paridade, respeitando a Constituição Federal.
5. Garantia do pagamento do reajuste anual no mês de janeiro, tendo em vista a Lei do Piso Nacional do Magistério.
6. Garantia de que todos os(as) aposentados(as) que estiveram na ativa entre 2018 e 2022 recebam o rateio do FUNDEB que lhes é devido.
7. Pagamento do rateio do FUNDEF a todos os professores que estiveram na ativa entre 1997 e 2006, caso a PBH vença o processo judicial.
8. Prestação de contas quanto aos recursos auferidos com a venda dos imóveis da antiga BEPREM e aplicação dos mesmos.
9. Prestação de contas dos valores que compõem a carteira de investimentos do RPPS, modalidade de aplicação financeira, bancos ou corretoras que cuidam do investimento bem como a destinação desses valores com o fim do RPPS.
10. Esclarecimentos sobre o fundo BHPREV, composição societária, diretoria, definição de cargos e forma de aplicação dos recursos.
11. Ampliação da participação da PBH na alíquota patronal de 22% para 28%.

POR QUE PROFESSORAS E PROFESSORES APOSENTADOS POSSUEM UMA PAUTA DE REIVINDICAÇÕES ESPECÍFICA?

1. O que é Paridade?

A paridade é um direito previsto na Constituição Federal que garante ao servidor público que os seus proventos de aposentadoria sejam revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade. No caso da Educação, ela é garantida ainda pela Lei 11.738/2008, a Lei do Piso Nacional do Magistério.

2. Como a PBH descumpriu a paridade em 2022?

Através do PL 338/2022 (Lei 11.381/22), a PBH concedeu aos professores da ativa do Ensino Fundamental, 2 níveis de progressão automática na carreira e 4 níveis aos professores da Educação Infantil. Essa foi a forma que a PBH encontrou de devolver os níveis que ela havia retirado da carreira em 2020. No entanto, ao excluir aposentados/as, ela deixou de cumprir o que determina a Constituição e a Lei do Piso Salarial Nacional.

Para piorar ainda mais a situação, ao final do ano, a PBH

enviou outro Projeto de Lei à Câmara, concedendo abono aos professores da ativa, através de um rateio dos recursos do FUNDEB, excluindo mais uma vez os/as aposentados/as. Vale lembrar que este abono foi pago com recursos oriundos de anos anteriores (2018, 2019 e 2020) e mesmo os aposentados/as que se encontravam na ativa naquele período, foram excluídos de forma perversa, por uma escolha política do Prefeito Fuad Noman.

3. Qual é a origem do orçamento para o pagamento dos aposentados com paridade?

Atualmente, os inativos não contribuem com a Previdência, exceto quando sua remuneração excede o teto (similar ao do INSS). Este excedente é taxado em 14%. No caso de servidor/professor com 2 BMs, não se conta o acúmulo dos dois cargos, observa-se o valor de cada um em separado.

Até 2022, a Prefeitura não discriminava aposentados com paridade e ativa nos períodos de Reajuste Salarial. Na regra, era anunciado um índice de reajuste e este era

aplicado sobre o nível 1, inicial da carreira, com efeito em todos os níveis subsequentes. Somente a partir de 2022, a PBH passou a condicionar o pagamento de reajuste dos aposentados a uma fonte de recursos. Todos os aposentados, com paridade ou não, estão no Fufin, que é o Fundo Financeiro que abarcou todos que ingressaram no serviço público até 2011. Parte significativa são já aposentados. A diferença é que no Fufin o Tesouro Municipal complementa a folha de pagamento de aposentados e pensionistas, porque é necessário e previsto nas regras da Lei que criou o Regime Próprio da Previdência dos Servidores Público Municipais (RPPS).

Então, mês a mês a PBH faz aporte de verbas provenientes do Tesouro Municipal para pagamento desse segmento. No caso do Fundo BHprev que abarca as contribuições previdenciárias do funcionalismo público municipal, incluindo a Educação, ingresso após 2011, não se faz necessária nenhuma complementação do Tesouro Municipal.

Ressalta-se que todas as contribuições e os bens imóveis da antiga Previdência (Beprem) ficaram sob “custódia” do Tesouro Municipal.

É importante destacar que estudos realizados pelo ILAESE sobre a execução orçamentária da PBH comprovaram que, com o aumento dos recursos do FUNDEB, a PBH vem reduzindo ano a ano os investimentos feitos com recursos próprios na educação. Se ela tem recebido um maior volume de recursos do FUNDEB, ela pode usar recursos próprios para garantir o direito constitucional à paridade.

4. Qual é o prejuízo financeiro para os aposentados com a quebra da paridade?

Para demonstrarmos o impacto financeiro provocado com a Lei Municipal 11.381/22 para Professores Municipais e Professores da Educação Infantil com direito à paridade, elaboramos uma tabela que se encontra em anexo.

5. Os direitos de professores e professoras aposentadas cabem no orçamento municipal?

O Instituto Latino Americano de Estudos Socioeconômicos (ILAESE), a pedido do SindRede/BH, elaborou um estudo da execução orçamentária da Prefeitura de Belo Horizonte, com ênfase na educação e no FUNDEB, que a nosso ver é revelador da opção política feita pelo Prefeito Fuad Noman. Esse estudo encontra-se em anexo e comprova que a PBH possui saúde financeira para garantir o pagamento do Piso Salarial Nacional do Magistério aos professores ativos e inativos, garantindo a paridade aos que se aposentaram com este benefício. O crescimento real da arrecadação municipal nos últimos anos contrasta com a redução dos investimentos dos recursos próprios na educação. Essa “economia” feita às custas dos direitos dos professores/as aposentados/as tem permitido que a PBH amplie cada vez mais o subsídio às empresas privadas, especialmente do transporte público. É justo isto?

PROFESSORAS E PROFESSORES APOSENTADOS ESTÃO SE ORGANIZANDO

A aprovação na Câmara Municipal de BH do PL 338/2022 mostrou a necessidade imperativa de nos organizarmos em um Coletivo de Professoras e Professores Aposentados para fazer valer nossos direitos e a nossa carreira arduamente conquistada. A PBH deve garantir aposentadoria digna àquelas e àqueles que contribuíram para a construção da Educação da cidade. Ela não pode simplesmente nos descartar.

FUAD NÃO QUER DIALOGAR

Há mais de 100 dias o Coletivo de Professoras e Professores Aposentados aguarda uma resposta do prefeito Fuad Noman a um ofício solicitando uma reunião com o segmento. O primeiro ofício foi protocolado no dia 5/12/2022. Um segundo ofício foi entregue no dia 6/3/2023, mas continuamos sendo ignorados. Queremos ouvir do Senhor Prefeito o porquê de tratar de forma tão excludente as professoras e os professores aposentados. Queremos saber o que o Prefeito entende por PARIDADE e porque vem burlando essa regra ano a ano.

DA LUTA NINGUÉM SE APOSENTA!



Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte
sindrede.org.br @sindredesh @sindrede @redesh Sind-REDE